

O PREÇO DA INÉRCIA

A história da proliferação nuclear revela um padrão: cada hesitação custou caro. Do choque chinês ao desafio iraniano, o preço da inércia supera sempre o custo da ação preventiva. A pergunta que permanece é: até quando se pode arriscar?

Reis Friede*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Agir, sobretudo militarmente, sempre tem um custo político, econômico e, particularmente, humano. A questão, portanto, é saber o preço da inércia.

Em 1945, os Estados Unidos ingressaram na era atômica. Passaram a possuir o monopólio das armas nucleares e acreditavam, baseados em informações de seus serviços secretos, que a sua ex-aliada, a União Soviética, somente atingiria o mesmo estágio em meados da década de 1950.

Ledo engano. Em 29 de agosto de 1949, para surpresa de todos, Moscou explodiu o seu primeiro artefato de fissão, sendo seguido pelo Reino Unido, que, em 3 de outubro de 1952, atingiu o mesmo patamar.

Apesar da brevidade dos acontecimentos, nenhuma surpresa. Os três vencedores da Segunda Guerra Mundial (1939-45) – e as maiores potências econômicas à época – ingressavam em um novo tempo.

Inconformada com a falta de apoio direto dos EUA em sua campanha na Indochina francesa – redundando na perda daquela possessão em 1954 – e, mais tarde, irritada com a postura estadunidense no conflito de Suez, em 1956, restou claro para a França que o seu retorno ao protagonismo internacional dependia da posse dessa nova arma.

Em 13 de fevereiro de 1960, aquela nação, que não escondia suas ambições nucleares, adentrava no

seleto clube atômico. Uma surpresa pela rápida evolução do programa, mas não propriamente uma indignação, porque, do ponto de vista de Washington, tratava-se de um aliado da Guerra Fria (1947-91) e um vencedor formal da Segunda Guerra Mundial.

Menos de cinco anos depois, em 16 de outubro de 1964, apesar da suspensão de todo o apoio técnico soviético anos antes, a República Popular da China (RPC) – uma nação não reconhecida pela maior parte dos membros da ONU – detonava a sua primeira bomba atômica.

Foi um choque. Tratava-se do primeiro país que não detinha as condições econômicas e científicas para a realização do feito e, àquela altura, um pária da Comunidade Internacional, isolada até mesmo pelo seu ex-aliado soviético. O presidente LYNDON JOHNSON não tardou em elaborar um plano de bombardeamento das instalações chinesas em conjunto com os russos que, entretanto, não aderiram ao projeto. Algo que mais tarde – com os confrontos fronteiriços que quase conduziram URSS e China a uma guerra nuclear – foi fruto de intenso arrependimento.

Em 1968 – de forma velada e sem que qualquer nação tivesse conhecimento –, foi a vez do pequeno Estado de Israel. Apesar do apoio francês para a instalação do primeiro reator do país, em Dimona, e de até hoje uma pouco explicada cooperação técnica francesa, o feito desafiou toda e qualquer especulação a respeito, não se sabendo exatamente quanto tempo depois a existência da bomba atômica israelense foi descoberta pela CIA.

Em 1º de julho de 1968, as quatro potências nucleares oficiais, todas com poder de veto na ONU, concordaram com a assinatura do Tratado de Não Proliferação (TNP), buscando dar um fim à insana e perigosa corrida nuclear. A República da China (Taiwan), que à época era quem representava a nação chinesa, também concordou, não obstante não ser a detentora do arsenal nuclear de posse de Pequim.

Contudo, em 1974, para a mais ampla perplexidade do mundo e frustrando o TNP, a Índia, um país paupérrimo à época, explodiu sua primeira arma nuclear sem qualquer reação digna de nota por parte da Comunidade Internacional e dos EUA. JOHNSON já não estava mais no poder desde 1969 e havia falecido um ano antes e o então mandatário da Casa Branca, RICHARD NIXON, encontrava-se envolto no escândalo de Watergate, pouco disposto a fazer algo mais contundente além da imposição de sanções econômicas, que se mostraram inúteis. Muitos anos depois, em 1998, o seu arqui-inimigo Paquistão também obteve um artefato nuclear, surpreendendo o presidente BILL CLINTON, que também optou por pouco fazer a respeito.

Em 2003 – sob o argumento de que sua rival do Norte estaria próxima de obter uma arma nuclear –, a Coreia do Sul ensaiava a construção de uma bomba atômica. O presidente GEORGE W. BUSH, informado de que a Coreia do Norte estaria muito distante de algo parecido, deu garantias a Seul de que não havia tal risco e que o desenvolvimento de uma ogiva nuclear sul-coreana desacreditaria o já debilitado TNP.

Entretanto, três anos depois, a Coreia do Norte, um dos países mais pobres e subdesenvolvidos do mundo, detonava a sua bomba atômica, tornando-se o nono membro do seleto clube. Foi, porém, a primeira vez que um país governado por uma dinastia hereditária sob o manto de um dos regimes mais brutais e totalitários do planeta obteve uma arma de destruição massiva.

O mesmo mandatário da Casa Branca que havia invadido o Iraque três anos antes para eliminar um suposto arsenal de armas de destruição em massa simplesmente nada fez, permitindo a perigosa situação em que mundo se encontra em função dessa grave omissão: Pyongyang hoje é capaz de

ameaçar qualquer parte do mundo, inclusive o próprio território continental norte-americano, com seus mísseis intercontinentais dotados de ogivas nucleares múltiplas e independentes, constituindo-se, por conseguinte, em um dos maiores riscos de um holocausto atômico.

Ainda assim, não há qualquer dúvida de que a mais sombria perspectiva para o mundo, muito além do regime norte-coreano, certamente seria um Irã nuclear.

Governado por um regime de clérigos radicais, seria algo simplesmente impensável, pois toda a arquitetura da dissuasão – que até o presente momento impediu o emprego de armas nucleares – fundamenta-se na racionalidade dos detentores deste poder. A Coreia do Norte, mesmo com seu bárbaro regime repressivo, não pode ser considerada um ator irracional, ainda que seja vista como um ator irrazoável por não compartilhar do mesmo quadro de valores do Ocidente.

Mas o regime iraniano é algo muito diferente. Trata-se de uma teocracia constituída em 1979 que tem como propósito anunciado a destruição de um estado soberano e de seu respectivo povo e que, cotidianamente, utiliza-se do terrorismo para atingir seus objetivos. Trata-se de um ator irracional e não irrazoável. Um Irã nuclear seria o mesmo que fornecer a um lunático a capacidade de devastar nações inteiras e até mesmo parte de sua própria população (90 milhões em 2025), lembrando que além dos persas (60% do total), habitam o território iraniano azeris, curdos, árabes, balúchis e luros.

Segundo RAFAEL GROSSI, Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Irã não está próximo de obter o seu artefato nuclear, apesar de, durante as negociações mais recentes, seu regime alegadamente ter confessado que possui 460 kg (o suficiente para a construção de 11 ogivas) de urânio enriquecido a 60%, um grau extremamente próximo do necessário para o fabrico de uma bomba atômica (estimado em 90%, muito embora a Little Boy tenha explodido com 80% de pureza). A AIEA, mesmo reconhecendo que Teerã já conseguiu enriquecer urânio a 60%, entende que o país ainda está distante de possuir a capacidade de construir uma arma funcional, ignorando, para muitos, as lições da história. O extenso programa de mísseis balísticos e hipersônicos iranianos, que se constituem nos principais vetores para o transporte de ogivas nucleares, parece corroborar a iminência de um Irã nuclear.

O assunto é – para dizer o mínimo – polêmico e talvez GROSSI tenha razão. Mas, talvez não tenha. E é exatamente aí que reside a questão: qual o custo de agir e qual o preço da inércia?

JOHNSON acreditava na ação e é possível que se sua política estivesse vigente, o número de membros do “Clube Atômico” se limitasse aos cinco atuais detentores de assento no Conselho de Segurança.

Quem sabe esse tenha sido o cálculo de DONALD TRUMP para, independentemente de outras considerações e objetivos, realizar um ataque preventivo ao Irã com a finalidade de destruir por completo e em caráter definitivo toda e qualquer chance daquele regime possuir uma arma de tal natureza.

**Reis Friede é professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), professor honoris causa da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), professor emérito da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), conferencista especial da Escola Superior de Guerra (ESG) e membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA), da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), da Academia Brasileira de Defesa (ABD) e do Conselho Superior do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER). Friede é autor das obras “China Disruptiva: o Projeto de Dominância Global de Pequim” e “Deterrência Estratégica na Primeira e na Segunda Guerra Fria”, e coautor do livro “Das Novas Guerras: Fenomenologia dos Conflitos Armados”. Seu trabalho pode ser acompanhado pelo site <https://reisfriede.wordpress.com/>. Pode ser contatado pelo e-mail: reisfriede@hotmail.com.*
